



José Cruz

O dirigente chinês Wu Bangguo chega ao Congresso brasileiro



José Cruz

Aldo Rebelo, Wu Bangguo, Renan Calheiros e Antonio Carlos, no fim da visita

Wu e Renan querem mais cooperação China-Brasil

Visita ao Senado é marcada pelo apoio a ação conjunta, nos fóruns internacionais, na defesa dos países em desenvolvimento

Uma ação conjunta em favor da segurança internacional, do desenvolvimento sustentável, de um mundo multilateral e da intensificação da cooperação técnica e científica entre os dois países foi discutida ontem pelo presidente do Senado brasileiro, Renan Calheiros, com o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo. **Página 3**

O II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, encerrado ontem, discutiu experiências que estimulam nos servidores em vias de se aposentar uma reflexão sobre a nova fase. **Página 8**

Em meio a polêmica, Orçamento chega hoje ao Congresso

Ainda sem acordo em torno da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, o governo envia hoje ao Congresso a proposta do Orçamento da União relativa a 2007. O texto a ser entregue ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, toma como base substitutivo apresentado à LDO. **Página 2**



Márcia Kallume

Antero lembra que, em depoimento à Justiça Federal, Vedoin não citou seu nome

Antero nega acusações e apresenta defesa à CPI dos Sanguessugas

“Luiz Vedoin está claramente negociando seus depoimentos”, afirmou Antero Paes de Barros, ao negar acusações feitas pelo dono da Planam. Ele apresentou defesa documentada à CPI dos Sanguessugas. **Página 4**



Célio Azevedo

Para a elaboração do texto, Executivo adotou parâmetros contidos na versão da Lei de Diretrizes Orçamentárias que aguarda aprovação pelo Plenário

Proposta da lei orçamentária chega hoje ao Congresso

A proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007 chegará hoje ao Congresso Nacional. Na elaboração do projeto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adotou instruções e parâmetros que estão contidos na versão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda em discussão no Congresso. Com o atraso na votação final da LDO, o governo recorreu ao texto substitutivo aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), apresentado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Sem mencionar valores, o substitutivo de Jucá prevê a inclusão, na LOA, de recursos para compensar os estados pelas isenções tributárias concedidas aos exportadores (Lei Kandir). O governo vem resistindo a reservar recursos orçamentários para as compensações, propondo uma revisão ampla dessa lei, enquanto os governadores mobilizam suas representações no Congresso para

tentar ampliar a despesa.

Esse foi um dos motivos para a demora da votação do Orçamento para 2006, concluída em abril deste ano, com quatro meses de atraso. No final, o governo cedeu e programou R\$ 3,9 bilhões para ressarcir os estados pelas renúncias da Lei Kandir e concordou com dispositivo para repasse de mais R\$ 1,3 bilhão, sob a condição de haver "excesso de arrecadação".

Uma das modificações mais importantes feitas na LDO visa impedir o governo de executar todas as despesas previstas na LOA 2007, caso essa proposta deixe de ser votada pelo Congresso até 31 de dezembro. O objetivo do Executivo é evitar problemas gerados pelo atraso na votação do Orçamento.

Na prática, o dispositivo original autorizava o governo a ir além dos gastos inadiáveis com salários e manutenção da máquina administrativa (despesas

correntes), como já ocorre hoje, na base mensal de 1/12 do total previsto para o ano. O objetivo do Executivo era permitir também a liberação de verbas para os gastos com investimentos.

Diante da reação contrária ao dispositivo, considerado como avanço do Executivo sobre a prerrogativa do Congresso em autorizar gastos, Jucá propôs dispositivo alternativo que libera os investimentos apenas para projetos em andamento. Mesmo com esse mecanismo intermediário, a oposição anuncia que pretende derrubar a votação da LDO em Plenário, prevista para a próxima semana.

O texto da lei que saiu da CMO prevê ainda um corte de 10% em todos os gastos federais com publicidade, diárias e passagens, na comparação com 2006. Além disso, determina uma redução de 30% nos restos a pagar – despesas que forem transferidas do Orçamento deste ano para 2007.



Substitutivo de Jucá (à direita, ao lado de Gilmar Machado e Paulo Bernardo) passou na CMO

June Araújo

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário às 14h

A sessão de hoje do Plenário será não-deliberativa e começa às 14h. Sem votações, ela se destina à leitura de expediente e aos discursos dos senadores. Entre os parlamentares inscritos para discursar na tribuna está a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). As votações de projetos serão retomadas na próxima semana, durante o esforço concentrado.

Indicações para o prêmio Bertha Lutz

Entidades governamentais e não-governamentais podem enviar até o dia 1º de novembro à Mesa do Senado os nomes das suas indicadas para o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que o Plenário da Casa oferece anualmente àquelas que se

destacaram na luta pelos direitos das mulheres. Maiores informações sobre a premiação podem ser obtidas na Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, pelos telefones (61) 3311-4561 e 3311-5259.

Ideli registra apoio a crédito para a Transpetro

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), informou ter recebido dois ofícios reivindicando a discussão e aprovação, no esforço concentrado de setembro, do projeto (PRS 49/06) que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar temporariamente seu limite de endividamento, em até R\$ 5,6 bilhões, para operações de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Segundo a senadora, a solicitação partiu da Federação das Indústrias de Santa Catarina e do Sindicato Nacional

da Indústria da Construção e Reparação Naval.

Em seu pronunciamento, Ideli também comentou resultados das últimas pesquisas de opinião realizadas pelos institutos Ibope, Datafolha e CNT/Sensus. Sobre o quadro eleitoral em Santa Catarina, apontou o avanço da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em relação à de outros presidentes, e da candidatura da petista Luci Choinacki ao Senado. A parlamentar também assinalou o crescimento da de-

claração de voto espontâneo e a redução no índice de rejeição ao candidato do PT à Presidência da República.

Ainda sobre o assunto, Ideli disse ter participado do lançamento do programa do candidato Lula, que teria como metas desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade. Ela anunciou sua presença na solenidade de entrega do resultado do primeiro semestre de 2006 do Banco de Estado de Santa Catarina, no Palácio do Planalto.

Alô Senado

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. Contatos também pelo endereço alosenado@senado.gov.br.

Emilinha Borba

A Rádio Senado tem como destaque o programa *Música do Brasil* (sábado, às 16h, e domingo, às 11h), que leva ao ouvinte a voz de Emilinha Borba. A cantora marcou os anos 40, 50 e 60 ao emplacar seguidos sucessos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marcos Guerra e Paulo Paim

Presidentes do Senado brasileiro, Renan Calheiros, e do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional chinesa, Wu Bangguo, discutem atuação conjunta

Brasil e China querem ampliar áreas de cooperação

Numa conversa de meia hora, ocorrida ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo, discutiram uma atuação conjunta em favor da segurança internacional, do desenvolvimento sustentável, de um mundo multilateral e da intensificação da cooperação técnica e científica entre os dois países. Renan manifestou seu interesse de que Brasil e China assinem cada vez mais acordos de cooperação para investimento em obras de infraestrutura.

Wu Bangguo falou sobretudo da amizade secular que une os dois países. A autoridade chinesa declarou que são grandes as

convergências, semelhantes as experiências históricas e mínimos os conflitos.

– Nunca tivemos disputas históricas e defendemos um mundo multilateral com respeito às diversidades culturais. Brasil e China são países em desenvolvimento, que podem contribuir mutuamente para o fortalecimento de suas economias. A nossa disposição é a de que essa contribuição seja sempre maior, para o crescimento das duas nações – afirmou ele.

Na presença do presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, e dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA), além de

autoridades chinesas, Renan e Bangguo manifestaram também a disposição de trabalhar pelo aprofundamento de parcerias estratégicas e pela ampliação

dos acordos assinados entre Brasil e China. O líder chinês falou na cooperação tecnológica, cujo melhor exemplo é o programa espacial desenvolvido pelos dois países. Ele também disse esperar que cada vez mais parlamentares brasileiros visitem a China.

– Nossa Assembléia está sempre disposta a intensificar as relações entre nossos parlamentos – assegurou.

Wu Bangguo presenteou Re-

nan Calheiros com uma tela representando um dragão, bordado em fios de seda. Recebeu em troca uma bandeja de prata, com o brasão da república brasileira.

Líder chinês, em visita ao Senado, manifesta interesse de aproximar os parlamentares dos dois países

Chen Jian-guo, presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular da Região Autônoma de Ning Xia, integrante da comitiva, recebeu de presente um conjunto de xícaras com desenhos do artista brasileiro Athos Bulcão.

Conjuntura

Na conversa, o presidente do Senado destacou que a visita da segunda mais importante auto-

ridade da China acontece num período “politicamente quente para o Brasil”. Wu Bangguo reconheceu que o clima político está carregado, mas expressou o desejo de que o povo brasileiro saiba com inteligência escolher seu líder nacional.

Renan Calheiros fez comentários sobre as eleições gerais e disse que, a um mês do pleito, está cumprindo constitucionalmente “o papel de bombeiro”. Nos últimos dias, o presidente do Senado vem defendendo a construção do diálogo entre o Legislativo e o próximo governante do país, por entender que a nova base partidária do chefe do Executivo terá que ser amparada em reformas estruturais, não na oferta de cargos.



Wu Bangguo, segundo homem da hierarquia chinesa, e sua comitiva chegam ao Congresso



Recebido por parlamentares na Presidência do Senado, Wu Bangguo destaca importância das relações bilaterais



Entre Renan Calheiros (D) e Aldo Rebelo, o presidente da Assembléia Popular da China conhece o Plenário da Câmara

Atuação em defesa de interesses dos países em desenvolvimento

O Brasil e a China têm a “responsabilidade” de defender, em conjunto, os interesses dos países em desenvolvimento, disse o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo, durante o encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Além de experiências históricas “semelhantes”, observou, os dois países têm visões convergentes sobre

temas internacionais.

– Defendemos a democratização das relações internacionais e a constituição de um mundo multipolar, com respeito à diversidade cultural – afirmou o dirigente chinês, que foi acompanhado até o gabinete de Renan pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo.

Além de defender uma atuação conjunta em defesa dos países em desenvolvimento nos fóruns

internacionais, Wu Bangguo elogiou o atual estágio das relações bilaterais. Ele antecipou aos presidentes das duas Casas do Congresso que anunciaria à tarde, durante encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a aquisição pela China de cem aviões da Embraer, além de diversos outros acordos.

A compra dos aviões brasileiros, que vão operar em linhas re-

gionais, atende a uma das exigências feitas pelo governo brasileiro para reconhecer a China como economia de mercado – o que dificulta a imposição de sanções a produtos chineses. O gesto também pode ser interpretado como uma resposta do governo daquele país à decisão da Embraer de montar uma fábrica em território chinês. Segundo informou o presidente da Assembléia Popular

Nacional, dez aviões da empresa brasileira serão fabricados este ano na China.

Wu Bangguo apontou a cooperação técnica e científica como “ponto brilhante” do relacionamento bilateral. O dirigente citou como exemplo o lançamento de dois satélites binacionais e anunciou que a cooperação espacial entre os dois países vai continuar.

Senador afirma que cancelou em 2001 quatro emendas ao Orçamento que seriam apresentadas em seu nome para a compra de ambulâncias

Antero nega acusações de Vedoin e apresenta defesa

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) negou, em entrevista concedida ontem, as acusações de envolvimento com a máfia das ambulâncias feitas pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin. O parlamentar também apresentou sua defesa documentada à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas.

Durante a entrevista, Antero declarou ter cancelado, em novembro de 2001, quatro emendas ao Orçamento da União que seriam apresentadas em seu nome e que teriam como objetivo liberar R\$ 320 mil para a compra de ambulâncias por quatro municípios do estado de Mato Grosso. Essas emendas teriam sido elaboradas por Lino Rossi, que, na época, era deputado federal pelo PSDB mato-grossense.

Lino Rossi – apontado como um dos principais operadores do esquema de corrupção no Congresso – havia sido autorizado pela bancada estadual do PSDB a tratar de emendas como as relacionadas à compra de unidades móveis de saúde. Antero reconheceu que, como integrante da bancada, assinou o documento que concedia tal autorização a Rossi.

– Assinei, assim como toda a bancada o fez, mas jamais pensei que isso fosse usado para a



Antero concede entrevista ao lado de Tasso Jereissati (F), Arthur Virgílio e Lúcia Vânia e recebe solidariedade do PSDB

prática de fraudes – ressaltou o senador.

Disse ainda não saber se as quatro emendas acabaram sendo executadas, mas frisou que, se isso ocorreu, não foi em seu nome. Ele afirmou que decidira cancelar as emendas após discutir o assunto com um especialista que era, naquele período, secretário de Saúde de Mato Grosso.

Antero acusa Vedoin

Antero Paes de Barros criticou as denúncias de Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio da Planam, ressaltando que, durante os depoimentos prestados pelo empresário à Justiça Federal, este não havia citado seu nome.

Segundo o parlamentar, Vedoin só o acusou depois que ele pediu sua prisão.

– Luiz Vedoin está claramente negociando seus depoimentos – observou.

Antero esteve acompanhado, na entrevista, pelo presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), pelo líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM), e pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Virgílio declarou que Antero “não tem vocação para ladrão” e insinuou que o senador por Mato Grosso pode estar sendo acusado neste momento porque denunciou, em 2004, um esquema

de corrupção que envolvia Waldomiro Diniz – então assessor de José Dirceu na Casa Civil.

Já o presidente do PSDB assinalou que “não há absolutamente nenhum indício ou prova contra Antero” e que “não se pode confundir inocentes e acusadores com culpados e acusados”.

– Mas se aparecer qualquer indício ou prova contra ele [Antero] ou contra qualquer outro parlamentar do PSDB, o denunciado será imediatamente expulso, como já o fizemos antes – destacou Jereissati.

O partido divulgou nota de apoio a Antero Paes de Barros, assinada por Arthur Virgílio e

Jereissati, na qual diz que “uma avaliação pormenorizada dos documentos referentes a tais acusações” permite concluir pela “intenção política das mesmas”.

Esclarecimento

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou ontem à Agência Senado que, mesmo não tendo aberto processo disciplinar no colegiado contra o senador Antero Paes de Barros, seria bom que o parlamentar já enviasse uma defesa prévia ao conselho para esclarecer as denúncias sobre sua participação na chamada máfia das ambulâncias.

– Normalmente, quando há uma denúncia contra qualquer parlamentar, é aconselhável e até saudável que ele envie logo uma defesa prévia ao conselho, para prestar uma satisfação – frisou João Alberto.

O presidente do Conselho de Ética salientou também que o colegiado ainda não recebeu nenhum documento contra Antero, mas disse que, se for protocolada uma denúncia ou representação da Mesa da Casa contra o senador, tomará as providências cabíveis.

O Conselho de Ética já abriu processo disciplinar contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES).

Biscaia teme falta de quórum para votar mais de 130 requerimentos no dia 5

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse ontem que teme não haver quórum na reunião marcada para a próxima terça-feira para votação dos mais de 130 requerimentos apresentados à CPI. Ele lembrou que, neste período pré-eleitoral, a comissão não conseguiu reunir o número mínimo de parlamentares para realizar reuniões ordinárias, exceto na votação do relatório parcial, aprovado no último dia 10.

Biscaia salientou que os trabalhos da comissão precisam avançar, o que, na sua opinião, depende da aprovação, pelo colegiado, de requerimentos sobre convocações e quebras de sigilos importantes. Para que seja esclarecido o esquema de venda superfaturada de ambulâncias com recursos do Orçamento da União, o presidente da CPI dos

Sanguessugas considera essencial, por exemplo, a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da relações públicas Cristianne Mayrink Sampaio Silva. Ela é acusada de participar do esquema como encarregada de fazer contato com os congressistas e de pagar propina aos que quisessem colaborar com a máfia das ambulâncias.

O deputado sugeriu que algum parlamentar formule requerimento para a quebra de sigilos de Cristianne Mayrink.

– É importante o depoimento dela porque ela sempre foi vista no Congresso Nacional. Será que o papel dela era só o de relações públicas? Isso tem de ser esclarecido – argumentou.

Para que a segunda fase dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas seja acelerada, Biscaia ressaltou que é necessário agendar os depoimentos a partir de 3 de outu-

bro, o que requer a aprovação dos requerimentos pelos membros da comissão mista. Só depois da obtenção dos depoimentos, observou, a CPI poderá alcançar os objetivos da investigação e elaborar o relatório final.

Municípios

O presidente da CPI informou ainda que a sub-relatoria que investiga o envolvimento do Poder Executivo com a máfia das ambulâncias está examinando documentos em relação à participação dos municípios nas fraudes. Embora o deputado reconheça que é difícil para a CPI investigar as unidades federativas, ele disse que a comissão pode apresentar um quadro da situação ao Ministério Público Federal, para que esse órgão, por intermédio de suas procuradorias regionais, instaure procedimentos de investigação em todos os municípios suspeitos.



Biscaia diz que é preciso acelerar os depoimentos a partir de 3 de outubro

– Não é possível que os responsáveis pelos municípios escapem ilesos. Eles têm uma parcela grande de responsabilidade no esquema de fraude e corrupção – assinalou.

O sub-relator da área, deputado Júlio Redecker (PSDB-RS),

informou Biscaia, também quer conversar com o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, o que poderá ser feito por meio de uma comissão de parlamentares, aproveitando a vinda do empresário ao Conselho de Ética do Senado na próxima semana.

Jefferson mostra desalento com a política em razão da crise ética

Afirmado sentir “um profundo desalento” provocado pela crise ética que tomou conta da política e da população brasileira, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou ontem, da tribuna, que abandonará a vida pública ao final do seu mandato em 2010.

– Para mim, chega. Não vou mais perder o meu tempo – desabafou.

O senador afirmou que o presidente da República “foi conivente com um dos maiores escândalos de corrupção e está a caminho da reeleição, talvez no primeiro turno, porque os eleitores votam nele sabendo que ele sabia de tudo”. Jefferson ressaltou que a crise ética não se dá apenas na política.

– Dizem que não se deve falar mal do povo, mas eu falo, porque sabem de tudo e compactuam. E não é só do povão não. Temos intelectuais e artistas apoiando isso – lamentou.

Jefferson Péres comentou que as eleições deste ano serão as mais decepcionantes de sua vida e classificou como “episódio deplorável” o encontro do presidente Lula com artistas no apartamento do



Jefferson Péres anuncia que abandonará política ao final do seu mandato, em 2010

ministro da Cultura, Gilberto Gil, no Rio de Janeiro. O senador disse que declarações dadas por artistas naquele encontro, apoiando a falta de ética do governo petista, foram “cínicas e desavergonhadas”.

– O presidente Lula pode ser reeleito. Eu me curvo à vontade popular, mas não me conformo. Cumpro até o fim o mandato que o povo do Amazonas me concedeu e saio da vida pública. Vou continuar protestando, mas não volto a um Congresso Nacional que tem uma maioria medíocre. Nunca vi nível intelectual e moral tão baixo – observou.

Fotos: Roosevelt Fmheiro

Projeto da senadora determina que, nas transações de compra e venda, o documento de transferência do bem deverá ser emitido via internet

Ideli propõe aperfeiçoamento do combate à sonegação fiscal

Com o objetivo de tornar mais eficiente a administração tributária e combater crimes como a lavagem de dinheiro, a líder do bloco de apoio ao governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou projeto de lei que institui a declaração de bens e direitos em tempo real.

Pela proposta, será criado um banco de dados em nível nacional – a ser administrado pelo Ministério da Fazenda – que terá por meta controlar a arrecadação de tributos incidentes sobre o patrimônio, a renda, os serviços e a circulação de bens e direitos, tanto de pessoas físicas como jurídicas.

De acordo com o projeto de



Objetivo de Ideli é ampliar ofensiva contra lavagem de dinheiro

Ideli (PLS 114/06), em qualquer transação de compra e venda, como, por exemplo, um apartamento, deverá ser emitido, pela internet, o documento para a transferência do bem. Nele constarão a identificação das partes envolvidas no negócio e a guia de arrecadação do imposto a ser pago. Com isso, observou

a senadora, será evitada a sonegação fiscal.

Para Ideli Salvatti, o projeto de sua iniciativa é “um forte instrumento para controlar a transferência da propriedade de bens e serviços” e possibilitar a verificação, em tempo real, do patrimônio vinculado ao contribuinte e seu respectivo valor venal, além de oferecer meios para um combate mais eficiente aos

furtos de veículos.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Caso a proposta seja aprovada no colegiado, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ser apreciada em decisão terminativa.

Wellington Salgado pede que senador reconsidere decisão

O líder do PMDB no Senado, Wellington Salgado (MG), pediu ontem, em pronunciamento da tribuna, que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) reconsidere sua decisão, anunciada instantes antes, de deixar a vida pública em 2010, ao término de seu mandato. Ao fazer o apelo, Wellington Salgado destacou a importante contribuição do senador amazonense para o enriquecimento dos debates políticos travados no Senado e pediu-lhe para reexaminar sua decisão após o resultado das eleições, que deverão renovar a composição do Congresso Nacional.

– Fiquei muito triste ao vê-lo falar da tribuna tão angustiado e espero ouvir de vossa excelência, após a eleição, que agora é um novo Congresso Nacional. Um Congresso que representa a vontade do povo e que vossa excelência vai cumprir os quatro anos e depois tentar a sua reeleição para mais oito anos aqui nesta Casa – frisou o representante de Minas Gerais.



Wellington destaca contribuição do representante amazonense

Wellington Salgado chamou a atenção de Jefferson Péres para a necessidade de se valorizar a liberdade de expressão existente atualmente no Congresso Nacional.

– Acho que esse direito de eu estar aqui, falando para todo o Brasil, foi conquistado não por mim, mas pelos políticos que nos antecederam, os quais lutaram para que este Congresso continuasse aberto, permitindo a liberdade do debate de que hoje desfrutamos aqui – lembrou Wellington.

Valores adquiridos por meio ilícito podem ser dirigidos a fundo infantil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar brevemente projeto de lei que estabelece a destinação de valores adquiridos ilicitamente por agentes públicos e recuperados por pessoas jurídicas de direito público para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. A proposta, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), já recebeu parecer favorável do relator, senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM).

Se aprovada pela CAE, a matéria (PLS 393/05) será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa. O projeto atribui ao fundo os valores obtidos por meios ilícitos por servidores públicos e recuperados, administrativa ou judicialmente, por órgãos da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer poder da União. Os recursos recuperados pelo poder público que estiverem originalmente vinculados a determinada área, por exigência constitucional,

deverão permanecer no mesmo setor, conforme o projeto. É considerada ato ilícito qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa que enseje perda patrimonial em razão de apropriação ou dilapidação dos bens ou haveres adquiridos ilicitamente por agentes públicos e recuperados judicialmente.

De acordo com a proposta, agente público é aquele que exerce, ainda que transitório ou sem remuneração, cargo, emprego, vínculo ou função por eleição, nomeação, designação ou contratação na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União.

Desafios

Na justificativa da proposta de sua iniciativa, Patrícia Saboya argumenta que os recursos que constituem a receita do fundo decorrem de fontes governamentais e de doações de pessoas físicas e jurídicas. A senadora observa que são muitos os desafios no país para fazer valer os direitos das



Projeto de Patrícia Saboya aguarda deliberação na CAE

crianças e dos adolescentes, apesar dos avanços que estão sendo obtidos para erradicar o trabalho infantil.

– Nada mais indicado, portanto, do que destinar os valores havidos ilicitamente por agentes públicos e recuperados, administrativa ou judicialmente, pelas pessoas jurídicas de direito público, para os fundos dos direitos das crianças e adolescentes nos diversos níveis da Federação. Esse é o modo mais adequado e decente de se aplicar, no futuro do Brasil, o dinheiro ilegitimamente desviado no passado – argumenta a senadora na justificativa.



Paim defende o financiamento público de campanhas eleitorais

Paim espera cinco reformas em 2007

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que espera cinco reformas para o próximo ano: a previdenciária, a política, a tributária, a sindical e a trabalhista.

– O desenvolvimento que queremos para o Brasil deve estar associado também à construção de alguns arranjos institucionais. E isso passa efetivamente por essas reformas – disse o parlamentar, anunciando que o tema seria discutido em um debate entre os candidatos a presidente da República, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), com a presença de Paim.

O senador citou o fim do fator previdenciário (que aumenta a idade para que o trabalhador possa se aposentar) como um dos pontos que devem constar da reforma da Previdência. Quanto à reforma política, além de se dizer favorável à extinção das emendas parlamentares individuais e coletivas ao Orçamento, ele defendeu o financiamento público de campanha.

– Há candidatos no Rio Grande do Sul gastando entre R\$ 6 e 8 milhões para chegar à Câmara dos Deputados. Não tem lógica. Quem está financiando vai querer que o parlamentar, quando eleito, aprove projetos do seu interesse – observou.

Paim defendeu também um pacto federativo que contemple a renegociação das dívidas que os estados têm com o governo federal e manifestou sua opinião favorável à valorização das escolas técnicas e à universidade gratuita para os jovens, sobretudo os oriundos da rede pública de ensino.

Com base em estudos de especialistas, senador prevê problemas maiores do que os enfrentados pelo país em 2001 e lamenta que governo nada esteja fazendo para prevenir o caos

José Jorge: falta de investimento pode provocar crise energética

Declarações do presidente Lula sobre um “apagão” em 2001 receberam críticas de José Jorge (PFL-PE). O senador esclareceu que, à época, quando ele era ministro da área, não houve falta de energia, mas apenas o risco de que ela ocorresse, o que foi evitado com medidas de incentivo ao racionamento.

– A situação foi gravíssima, mas nós conseguimos superar e tivemos energia suficiente para suprir o país até hoje – explicou.

Porém, José Jorge fez um alerta: especialistas prevêem, segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 28 de agosto, uma nova crise no setor energético em 2010, e, na opinião do senador, caso venha a ocorrer, será bem mais grave que a de 2001.

– Os investimentos necessários não foram realizados pela administração petista e não há nenhuma obra em andamento para prevenir o caos – afirmou.

José Jorge ressaltou que o saldo de energia existente hoje é o mesmo que havia no dia em que o presidente Lula assumiu. No governo atual, conforme o senador, nada foi feito no que se refere a novas hidrelétricas, a não ser



José Jorge afirma que em 2001 não houve falta de energia, apenas risco, e que o problema foi resolvido com racionamento

considerando obras que já estavam em andamento.

– Os leilões realizados foram mínimos. Temos que implantar cerca de 3 mil megawatts por ano, 12 mil em quatro anos, portanto. Mas só 890 megawatts foram leiloados no governo Lula. Assim, daqui a alguns anos, passaremos por uma situação mais grave que a que enfrentamos em 2001 – disse.

A crise futura já pode ser obser-

vada, de acordo com José Jorge, quando se constata que, apesar de os reservatórios do Sudeste estarem cheios, os do Sul não estão.

Ele informou que, como o sistema é unificado, praticamente 70% do consumo do Sul está sendo transferido do Sudeste, o que coloca esta região, onde o consumo é bastante elevado, em risco, uma vez que dificilmente a energia de alguma outra região do país poderia ser remanejada para o Sudeste.

José Jorge salientou que as “afirmações inconseqüentes” do presidente Lula são uma constante e lamentou que “essas mentiras, que não têm nada a ver com a realidade, divulgadas em rede nacional, adquiriram ares de verdade incontestável”.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou o discurso de José Jorge e criticou as “declarações irresponsáveis” de Lula, que, em sua opinião, demonstram “ignorância total”.

Antonio Carlos anuncia CPI para investigar Petrobras

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou recente declaração do presidente Lula de que a política deve ser feita “com o que se tem, e não com o que se quer”. Na interpretação do senador, o atual governo federal é “desonesto e inimigo da moralidade pública”.

Antonio Carlos afirmou que o presidente Lula protegeu pessoas envolvidas no valerioduto, no mensalão e na chamada máfia das ambulâncias. Também levantou suspeitas de que haveria corrupção na Petrobras – segundo ele, “um dos lugares onde se rouba mais” – e prometeu empenho na criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a estatal após as eleições presidenciais deste ano.

– O presidente da República continua cada vez pior. Pior na mentira e, sobretudo, na coragem de proteger os ladrões. Lula é responsável pelo roubo do partido – disse.

O parlamentar ainda condenou o



“O atual governo federal é desonesto e inimigo da moralidade pública”, afirma Antonio Carlos

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por ter proibido a exploração de petróleo e gás natural em uma faixa litorânea entre a Bahia e o Espírito Santo. Na opinião do senador, tra-

ta-se de “fundamentalismo ambiental” do órgão, o que traria prejuízos econômicos para o país.

– O Ibama só tem prejudicado este país, principalmente na gestão de Lula. Ele deve rever sua opinião e permitir a exploração de gás – observou.

Em maio deste ano, o Ibama baixou a Portaria 39/06, que estabeleceu a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Com isso, ficou proibida a exploração de petróleo e gás natural nesta faixa de mais de 200 quilômetros do litoral brasileiro.

Qualquer atividade econômica com impacto ambiental passou a depender de anuência do Ibama e do Conselho Gestor do parque nacional.

José Jorge (PFL-PE) apoiou, em aparte, o discurso do colega baiano.



Luiz Otávio: o presidente deu apoio e recursos para a região

Luiz Otávio: Lula é favorito no Pará e Amazonas

Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que o presidente Lula tem cerca de 80% das intenções de voto no estado do Amazonas e 70% no Pará, de acordo com pesquisas locais.

Ele atribuiu esse desempenho regional de Lula ao fato de o presidente ter dado apoio e recursos para projetos de infra-estrutura na região amazônica, principalmente no Pará. Luiz Otávio destacou o apoio a propostas de melhoria dos transportes em Belém, entre eles o do Portal da Amazônia, que altera o sistema viário da cidade; e o projeto do Executivo municipal de drenagem do bairro Estrada Nova, área de grande densidade populacional.

– Os projetos encontram-se no Ministério da Fazenda, onde deverão receber o aval do ministro Guido Mantega para pedidos de empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – informou.

O senador também referiu-se ao projeto do governo paraense denominado Pará Rural, com o qual o governador Simão Jatene pretende melhorar a infra-estrutura na área rural. O governo do estado precisa de US\$ 62 milhões para a realização do projeto, que já foi analisado pelo BID, segundo Luiz Otávio, e encontra-se agora na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Ele disse que solicitará à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que encaminhe o projeto com rapidez ao Senado.

– Como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, designarei um relator para que ele possa ser votado no esforço concentrado de 4, 5 e 6 de setembro.

Borges quer médico, oficial da PM e administrador à frente de presídios

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou projeto de lei que amplia a relação das categorias profissionais que podem exercer o cargo de diretor de estabelecimento penal, incluindo os administradores, os médicos e os oficiais de Polícia Militar. Na justificativa da proposta, o parlamentar destaca que “a sociedade, por uma questão de sobrevivência, entre outras medidas enérgicas contra o crime organizado, exige também que as penitenciárias sejam administradas com competência, responsabilidade e visão pública”.

Pelo projeto (PLS 155/06), aqueles profissionais poderão exercer a função de diretor de estabelecimento penal ao lado dos diplomados em Direito, Ciências Sociais, Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, já autorizados



Projeto de César Borges aguarda exame na Comissão de Justiça

pela legislação.

Em relação aos médicos, César Borges considera inadmissível que um hospital de custódia e tratamento ou uma central médica penitenciária não sejam administrados por um profissional com tal formação. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tuma propõe isenção a aposentado por motivo de pneumonia grave

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui a pneumopatia grave entre as moléstias cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma (se o doente for militar).

A proposta (PLS 37/06) altera a Lei 7.713/88, que especifica os casos que motivam a concessão desse benefício. Entre eles, estão as deficiências provocadas por acidente em serviço, alienação mental e tuberculose ativa.

Na justificativa, Romeu Tuma explica que o projeto foi motivado por carta enviada a seu gabinete por um cidadão. O autor da correspondência solicitou ao senador a inclusão dos que sofrem de “enfisema pulmonar grave” na lista



Proposta de Romeu Tuma foi motivada por carta enviada por um cidadão

dos beneficiados com a isenção do Imposto de Renda.

O parlamentar considerou, porém, mais apropriado utilizar a designação “pneumopatia grave”, à semelhança do que determina o dispositivo legal em relação à “cardiopatia grave”, à “hepatopatia grave” e à “nefropatia grave”, segundo explica na justificativa.

Ideli elogia entidades que se destacam no combate ao analfabetismo no país

Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto de aplauso aos órgãos contemplados com a Medalha Paulo Freire, conferida pelo Ministério da Educação a entidades que se destacaram no trabalho de reduzir o analfabetismo. A entrega da comenda será no Recife.

A senadora destacou que a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina é uma das agraciadas. Segundo

Ideli, o Programa Santa Catarina Alfabetizada reduziu o número de analfabetos no estado de 250 mil, em 2003, para 226 mil no ano seguinte. Os outros premiados são: Projeto Sesc Ler (AM); Projeto Sal da Terra: Educação e Solidariedade (PB); Projeto Nunca é Tarde para Aprender, do Paranoá (DF); e o Programa AJA – Expansão, da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (GO).

Presidente do Senado apóia o estabelecimento de um acordo suprapartidário para viabilizar a governabilidade do país, como as reformas política e tributária

Renan defende reformas para impulsionar desenvolvimento

Em encontro com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a defender, ontem, reformas estruturais profundas no processo político para garantir ao país rumos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico. A idéia é estabelecer um acordo suprapartidário – nomeado de “concertação política” –, em torno de uma agenda positiva, capaz de viabilizar a governabilidade do país. Renan destacou a urgência na aprovação das reformas política e tributária.

Tarso Genro disse que, a seu ver, os principais pontos do acordo suprapartidário são a reforma política, a reforma legislativa, com um novo trâmite para as leis orçamentárias e suas emendas, e o fim da reeleição. Ainda segundo o ministro, a “concertação” deverá ser tratada pelo Congresso Nacional, independentemente dos resultados das próximas elei-



Reunido com o ministro Tarso Genro (E), Renan sugere mudanças estruturais no país

ções, em prol dos interesses da sociedade, até o fim do ano.

– Trata-se de um acordo suprapartidário, entre governo e oposição, que permanece sendo oposição, para resolver temas fundamentais para o futuro do país, demandas da sociedade. Seja quem for o presidente eleito, é preciso ajustar as instituições em torno de uma agenda de

interesse universal – disse o ministro.

No encontro, Renan Calheiros e Tarso Genro também discutiram temas que devem entrar na pauta de deliberações do Plenário do Senado no esforço concentrado de 4 a 6 de setembro, entre eles as indicações do presidente da República para as missões diplomáticas.

Marcos Guerra sugere queima das confecções contrabandeadas

Marcos Guerra (PSDB-ES) propôs ontem, em discurso, que o Congresso modifique a legislação para determinar a queima de confecções e têxteis apreendidos por entrarem contrabandeados no Brasil. Para o senador, só medidas “desesperadas como essa” podem ajudar a salvar as 30 mil empresas nacionais “que já não suportam” a concorrência de produtos importados a preços baixos, principalmente da China.

O parlamentar informou que os produtos contrabandeados são adquiridos no exterior a preços tão baixos que os seus donos participam dos leilões da Receita Federal, recompram tudo e ainda têm lucro. Ele sustentou que isso ocorre porque os produtos chineses estão entrando no Brasil com um valor que mal ultrapassa 10% do preço de mercado.

Para Marcos Guerra, há um clima de “verdadeiro desespero” no setor de confecções e têxteis do Brasil. De acordo com o sena-

dor, desde 1990 já foi demitido 1,3 milhão de empregados em todo o país, sendo que hoje o segmento emprega 1,65 milhão de trabalhadores. Existem previsões indicando que haverá mais 700 mil demissões nos próximos quatro anos, alertou.

O parlamentar disse não entender por que o governo incentiva setores que só geram um emprego para cada R\$ 2 milhões investidos, ao mesmo tempo em que deixa de lado as pequenas e microempresas de confecção, as quais geram um emprego com apenas R\$ 8,5 mil. Ponderou que as empresas de confecção estão espalhadas por todos os estados e oferecem emprego principalmente a mulheres de baixa escolaridade.

Marcos Guerra teme que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em tramitação no Congresso, acabe desvirtuada por pressões do governo, o que poderá afetar ainda mais empresas de confecção. O senador fez um apelo para a aprovação da lei, sem



Marcos Guerra diz que produto importado dá prejuízo a 30 mil empresas nacionais

mudanças substanciais, e defendeu uma desoneração na cadeia produtiva de têxteis e confecções. Lembrou que recentemente o presidente Lula recebeu associações do setor e prometeu estudar seus problemas, mas até agora nada foi anunciado.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, afirmou que o Executivo está examinando os problemas do setor. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) observou que o governo não tem concedido mais créditos para a área, enquanto Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que, em vez de queimar confecções, a Receita Federal deveria doá-las.

Temas como inatividade, dependência de drogas e importância da fé e do equilíbrio para a saúde marcam fim de seminário promovido pelo Senado

Como desfrutar a aposentadoria com qualidade de vida

A preparação para a aposentadoria foi o principal tema de debates do II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas na manhã de ontem, terceiro e último dia do evento realizado no auditório do Interlegis. A assistente técnica da Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde, psicóloga Ana da Silva Barros Diniz, discorreu sobre as diretrizes do projeto por meio do qual os servidores da pasta que estão, em média, a cinco anos de se aposentar recebem orientações sobre como desfrutar a inatividade com saúde e qualidade de vida.

Os participantes do fórum também assistiram à palestra com a diretora da Estilo Profissional Consultoria em Recursos Humanos, Maria Ângela Baptista Leal,

que trabalha na capacitação de profissionais de órgãos públicos e empresas privadas que irão atuar na elaboração de projetos de qualidade de vida para pré-aposentados. Os debates do evento foram moderados pelo professor e gerontólogo social João Batista de Medeiros.

– O projeto ajuda os servidores a refletirem sobre uma nova fase de suas vidas, no que se refere aos aspectos biológico, psicológico, espiritual e social. Ele oferece a todos um espaço de reflexão coletiva sobre temas que envolvem uma aposentadoria com qualidade de vida – destacou Ana Diniz, ao explicar a iniciativa, executada por servidores do Ministério da Saúde de forma voluntária desde 2004.

São objetivos do projeto, conforme Ana Diniz, diminuir a

dependência institucional do servidor e conscientizá-lo quanto ao planejamento adequado da aposentadoria. O curso também atende a dispositivo contido no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), segundo o qual o poder público criará e estimulará a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio do estímulo a novos projetos sociais de seu interesse e do esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania.

– Um dia chega alguém que diz assim ao servidor: “Você hoje é inativo, você está aposentado”. O servidor não aceita. Então ele retorna à instituição querendo se manter do mesmo jeito

de quando era ativo. Ele vê que não é mais possível e isso causa mal-estar, problemas mentais e psicológicos que vão se refletir também no aspecto físico. A área médica do ministério recebe muitos desses servidores aposentados com problemas seriíssimos – assinalou.

Sucesso

De acordo com a psicóloga, o programa de preparação para a aposentadoria é fundamental para

o servidor perceber que outras atividades e projetos podem ser desempenhados com sucesso na vida, mesmo com o encerramento da fase laboral. A iniciativa vem sendo adotada pelo Senado Federal, pelos ministérios de Minas e Energia e da Educação e pelo Tribunal de Contas da União, segundo Ana Diniz.

– A programação ajuda na descoberta de talentos para a vida – observou.



Ana da Silva Barros Diniz: “Projeto ajuda servidores a refletirem sobre uma nova fase de suas vidas”

Dependência química enfrenta tabus

Terminou ontem o II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, promovido pelo Senado desde o dia 28. A primeira palestra da tarde, proferida por Patrícia de Oliveira Barbosa, assistente social da Secretaria de Educação do Distrito Federal, abordou o tema “O dependente químico e a responsabilidade social”. Ela definiu a responsabilidade social como uma forma de gestão em que a instituição estabelece uma relação ética e transparente com todos os públicos e determina metas institucionais compatíveis com a sociedade, de modo a preservar recursos ambientais e culturais para as gerações futuras.

Patrícia detalhou o Programa de Assistência a Dependentes Químicos e Familiares desenvol-

vido pela secretaria, que oferece atendimento individual e grupal a servidores dependentes de drogas. Ela destacou que a maior incidência ocorre entre pessoas de classes menos favorecidas, mas assinalou que as mais abastadas também têm apresentado tendência ao uso de substâncias psicoativas. Entre as drogas mais consumidas estão o álcool e os medicamentos, seguidos do tabaco, da cola e da maconha.

A assistente social salientou que, embora o tema já esteja sendo abordado com maior transparência, ainda há muitos tabus sobre o assunto e algumas instituições não têm “um olhar terapêutico” sobre o problema da dependência. O sucesso do programa depende ainda da adesão

voluntária do dependente, que deve freqüentar semanalmente o grupo e o atendimento individual e as programações de arteterapia, palestras e atividades propostas pela equipe multidisciplinar, composta de psicólogo, assistente social, especialista em dependência química, arteterapeuta e pessoal de apoio.

Entre os fatores de risco existentes no ambiente profissional, Patrícia citou funções que exigem rendimento ou resultados incompatíveis com o tempo estabelecido para a tarefa; ausência de supervisão no trabalho; e cultura que favorece acesso fácil a bebidas alcoólicas, como saídas em horários de almoço ou no fim do

período de trabalho.

Juvenal dos Santos, mestre em Psicologia do Trabalho e funcionário da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, relatou o caso de um servidor afastado por longo período do trabalho com sintomas de depressão e gástricos, separado da esposa e sem convívio com os filhos. Ao chegar à secretaria, passou por um processo de avaliação profissional e um programa de ação para reinserção funcional.

A psicóloga Maria Inês Filipe,

pós-graduada em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Paulista (Unip), utilizou uma série de imagens e um poema de Carlos Drummond de Andrade para mostrar o quanto as pessoas têm dificuldade de modificar suas rotinas e aquilo que não as satisfaz em suas vidas. A receita para viver a vida de forma criativa, segundo ela, requer abertura da mente para olhar a vida sob outros ângulos, uma dose de humor, conciliação de opostos, e a crença na própria capacidade de criar e de ir além.



Para Antônio Luiz Galdino, paciente deve buscar em si mesmo a harmonização

Equilíbrio entre corpo, mente e espírito ajuda na cura

O psicólogo da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Antônio Luiz Galdino destacou ontem a importância de médicos e terapeutas incentivarem o paciente a adotar postura de responsabilidade por sua própria cura, enfatizando o poder da fé e do equilíbrio entre corpo, mente e espírito até mesmo na prevenção de doenças, especialmente as psicossomáticas.

Galdino ressaltou a necessidade de ciência, religião, medi-

cina e espiritualidade “darem as mãos”, o que, como destacou, não ocorre com freqüência atualmente. Disse que os agentes de saúde não devem temer essa proximidade.

– Eles precisam ter a capacidade de colocar o paciente como responsável por sua própria cura, estimulando a autoconfiança e a fé no tratamento ao qual está sendo submetido; eles precisam se tornar um canal para que o paciente busque em si mesmo

a harmonização – enfatizou o psicólogo.

Galdino afirmou que, na maior parte das vezes, há um comportamento, sobretudo entre os médicos e os representantes da indústria farmacêutica, no sentido de estabelecer uma relação de dependência entre pacientes e medicamentos.

A palestra foi baseada em livro do médico Roque Savioli intitulado *Milagres que a medicina não contou*.